

A CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA NOS ANOS DE CHUMBO E A HISTÓRIA DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (1968-1985)

Aline Cristina da Silva Lima
Olivia Morais de Medeiros Neta
PPGED/UFRN
aline.prof.his@gmail.com
olivianeta@gmail.com

Na década de 1960 se inaugurou no Brasil um modelo de estado autoritário herdeiro de uma cultura política que se consolidou com a Guerra Fria. No Brasil o combate ao comunismo era o foco da Doutrina de Segurança Nacional que foi difundida no âmbito educacional por meio de modificações na legislação e no currículo. Dentre as reformas educacionais estava o Decreto nº 72538/1973 que regulamentava a formação compulsória de técnicos, e é nesse contexto que a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) é criada em 1968. Nosso objetivo é compreender a relação entre a cultura política da Ditadura e a história da ETFRN. Adotamos a concepção de cultura política por entendermos que o conjunto de valores e comportamentos políticos que predominam em uma determinada sociedade perpassa pela construção de padrões culturais, pelo imaginário e pelas mentalidades. Dialogamos com Serge Berstein quanto ao conceito de cultura política; Moacyr de Góes e Arilene Medeiros no que se refere ao contexto educacional e a história da instituição; Rodrigo Motta e Marcelo Siqueira nos atualizam quanto ao debate em torno da ditadura militar brasileira. A guisa de conclusão consideramos que a relação cultura política da ditadura/ETFRN colaborou para uma história marcada pela disciplinarização, pela dualidade educacional e para uma modernização conservadora em que o saber fazer solapava a formação humana integral.

Palavras-chave: Cultura política. Ditadura militar. Educação Profissional.

INTRODUÇÃO

A pesquisa ora apresentada trata-se de uma proposição analítica acerca da cultura política brasileira nos anos de chumbo entre o ano de 1968, ano de fundação da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, e 1985, ano que marca o fim da Ditadura militar. Partimos do pressuposto de que a cultura política não é estática e possui uma variedade de mecanismos de difusão e representação social.

No caso brasileiro, a Ditadura Militar fez renascer a cultura política nacional-estatista surgida durante o Estado Novo. Trazendo consigo os elementos da tortura como política de estado, a ideia de combate ao comunismo e inaugurando a perspectiva de uma modernização conservadora.

É no cenário da Guerra Fria que o programa, dirigido pelo presidente norte-americano John Kennedy, “Aliança para o Progresso” se expande na América Latina reverberando em ações no

âmbito político, econômico e especialmente na Educação brasileira com a assinatura dos Acordos MEC-USAID no início da década de 1960.

À medida que o país caminhava para uma ditadura, se desenhava na cidade do Natal um contexto político controverso e dual. Enquanto o então governador Aluísio Alves, apoiou o golpe e orquestrou a instalação de inquéritos policiais, criando um clima de tensão política na cidade do Natal. O prefeito Djalma Maranhão, um nacional esquerdista, foi preso no dia seguinte a deflagração do golpe em âmbito nacional, por se posicionar a favor de uma educação popular e defender o presidente João Goulart, ora deposto pelo golpe.

As repercussões na legislação educacional foram sentidas ainda na década de 1960. Com a promulgação do Ato Institucional nº. 5 de 1968, seguiu-se uma série de normativas, leis e decretos que aprofundaram o caráter ideológico da ditadura e da repressão. No âmbito educacional, podemos citar a Reforma Universitária, Lei nº 5540/1968, a Reforma da Educação Básica, Lei nº 5.692/1971 e o Decreto nº 72538/1973 que regulamentava a formação compulsória de técnicos. É nesse contexto que a antiga Escola Industrial de Natal passa a se chamar Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), em 1968.

A cultura escolar da ETFRN se desenvolve em meio ao interesse pela formação compulsória de técnicos que antedesses aos princípios do nacional-desenvolvimentismo e ao mesmo tempo a perspectiva da Lei de Segurança Nacional. Por isso, se imprimia um caráter disciplinador e ao mesmo tempo “modernizador” na escola. Com os recursos advindos da Aliança para o Progresso, a escola passou a contar com os melhores maquinários para serem usados em suas aulas, enquanto também focavam em elementos formadores do nacionalismo e da moral e dos bons costumes.

Para efeito de organização do texto, no primeiro momento discorreremos sobre o conceito de cultura política brasileira na ditadura. Posteriormente, apresentamos elementos do cenário mundial, nacional e local quanto ao golpe civil-militar e a ditadura militar, seguido da discussão acerca do surgimento da ETFRN e as nuances da cultura política, no âmbito de sua cultura escolar.

I. Conceituando cultura política

O preâmbulo da concepção de cultura política se inscreve no final dos anos 1960, momento em que a história passava pelo processo de renovação dos objetos e métodos, o precursor foi René

Rémond. Mas é no início de 1990 que se popularizaram os estudos com base nesse conceito¹. A noção de cultura política imprime nos estudos históricos um novo olhar sobre as relações políticas, não mais centrado nos grandes personagens ou instituições.

[...] Tratava-se então de tirar a história política do impasse em que se achava boa parte da produção histórica referente a esse campo da história, entre crônica factual erudita, nomenclatura de homens e organizações ou história militante autojustificada, centrada principalmente nos movimentos extremistas de esquerda ou de direita, para substituí-la por uma história portadora de sentido em que o político constituísse um elemento indissociável da evolução das sociedades humanas tomadas em seu conjunto. [...] (BERSTEIN, 2009, p. 29)

Os fenômenos políticos são, portanto, analisados na condição de integrantes de um axioma complexo que é a sociedade e suas representações culturais. Serge Berstein alerta para o caráter plural da cultura política, indicando que não há uma explicação unívoca, nesse sentido, o que existem são culturas políticas que se inscrevem em um contexto mundial, sem, contudo, perder suas especificidades. Portanto, recorreremos ao estudo do cenário político mundial, herdeiro do combate ao comunismo durante a Guerra Fria, para analisarmos a cultura política brasileira em tempos de Ditadura militar.

Nas culturas políticas existe um arcabouço simbólico composto por vocabulário específico, ritos, símbolos e representações visuais. Estes se inscrevem na sociedade por meio da ação do estado, mas também pelo mérito dos indivíduos. Em uma de nossas publicações mais recentes discutimos o papel simbólico do vocabulário utilizado no AI5 e na legislação educacional entre as décadas de 1960 e 1970². A repetição de palavras como: ordem, revolução, subversão, segurança nacional, proibição, intervenção, pátria, deus, família... revelam os princípios ideológicos da Ditadura Militar brasileira.

A realização da análise categorial nos permitiu enxergar o poder da linguagem nas veias da ditadura. Essas palavras não foram usadas aleatoriamente pelos agentes do governo, elas eram o alicerce da Lei de Segurança Nacional, permearam os discursos presidenciais, apareceram na mídia, adentraram no currículo escolar com a EMC, OSPB e EP e certamente cercara o imaginário da população. (LIMA; MEDEIROS NETA, 2019, p. 21)

¹ As primeiras publicações históricas sobre o tema são de Serge Berstein (*L'historien et la culture politique*) e Jean-François Sirinelli (*Histoire des droites*), ambas em 1992.

² LIMA, Aline C. da S.; MEDEIROS NETA, Olívia M. de; SILVA, Francisca Rafaela M. da. Uso de documentos na pesquisa histórica: uma análise da Legislação Educacional nos Anos de Chumbo (1964-1985). **Perspectivas e Diálogos**: Revista de História Social e Práticas de Ensino [recurso eletrônico]. UNEB/Campus VI – v. 1, n. 3, p. 13-33 (jan./jun. 2019). Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/nhipe/issue/viewIssue/370/319>.

Toda cultura política tem um fundamento filosófico-ideológico, muitas vezes transcendental que se imprime no discurso, em seus códigos e significados. Daí, porque, podemos dizer que existem “culturas políticas” e que nesse espectro, uma cultura política passa a ser dominante e outras subjacentes. Uma cultura dominante, pode surgir por meio de um sujeito ou grupo que a difunde e ganha adeptos, a partir daí ela é repassada no ceio familiar, em sistemas de ensino, em serviços militares, em locais de trabalho e sociabilidade, em associações, por meio da mídia... Criando uma lógica de repetição e interiorização. Dada essa natureza da difusão da cultura política dominante, ela ganha um ar de naturalização social.

Enfim, não se pode desprezar a maneira pela qual se exprimem as culturas políticas. Deve-se igualmente levar em conta o discurso de cada uma delas, onde as palavras, em geral codificadas, dizem mais que aquilo que significam correntemente, onde o não dito encobre ricos segundos planos, onde cada um compreende por meias palavras porque conhece as chaves de interpretação. [...] (BERSTEIN, 2009, p. 36)

Essas chaves de interpretação sinalizam para a noção de representação, característica dos estudos sobre cultura política. Os sujeitos que experimentam determinadas culturas políticas podem possuir valores antagônicos, que acabam por criar um ecossistema sócio-político em torno da política majoritária.

O objetivo dos estudos de cultura política é compreender as motivações do político, do indivíduo que age e do grupo que compartilha da ideia. Como essa noção permeia o campo das ideias, uma cultura política tende a não morrer, ela se marginaliza, enfraquece, mas pode ressurgir décadas depois com a mesma roupagem ou ressignificada.

Segundo Daniel Aarão Reis (2014), é na ditadura do Estado Novo que surge a cultura política nacional-estatista, que será a cultura política dominante entre 1964 e 1985. Sobre o Estado Novo, assim sinaliza Reis Filho (2014, p. 15) “Pois foi nas entranhas dessa ditadura – que adotou a tortura como política de Estado – que se gerou a cultura política nacional-estatista no Brasil. Vale a pena sublinhar o fato porque a marca – e a lógica – autoritária nunca se descolaria dessa cultura política.” Para ele, essa cultura política reemergiu com uma roupagem modernizante e autoritária a partir do Golpe civil-militar de 1964. E é sobre ela que discorreremos agora.

II. A cultura política brasileira no contexto da cidade de Natal e a história da ETFRN

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

A ação dos militares na República se deu desde a sua proclamação, mas foi em 1964 que se inaugurou no país um modelo ditatorial em que os militares eram os próprios condutores do Estado, um intervencionismo que se legitimou pelo hábito e pelo mergulho na Doutrina de Segurança Nacional, que acarretou em um caráter coercitivo e ideológico do regime.

A Doutrina de Segurança Nacional foi criada pelos norte-americanos durante a Guerra Fria, tentando impedir a expansão do comunismo pelo mundo. Após esse momento, perdurou a noção de segurança coletiva e o conflito ideológico como fundamento para eliminação dos fatores adversos que perturbassem a ordem, ideologia inspiradora para as ditaduras que se consolidavam nas américas. Os militares brasileiros tiveram uma aproximação singular com os fundamentos da Doutrina, em função da presença norte-americana em Natal durante a II Guerra Mundial e a ida de muitos militares brasileiros para centros de formação nos EUA. (BORGES, 2007).

O golpe militar articulado desde o início da década de 1960, tem seus antecedentes nas eleições presidenciais em que Jânio Quadros assume e, no mesmo ano, 1961, renuncia o cargo de presidente. O seu vice, João Goulart, pela constituição então vigente, deveria assumir o cargo. No mesmo período Jango, como era popularmente conhecido, estava em viagem oficial a República Popular da China e foi acusado de ser comunista, sendo impedido pelos militares de assumir a presidência. As forças opositoras criaram uma ampla negociação, chegando ao acordo de implantação de um regime parlamentarista, em que Jango seria o chefe de Estado, assumindo um papel humilhante de estadista “decorativo”.

Em plebiscito feito em 1963 o povo optou pela volta do regime presidencialista. João Goulart, finalmente, assumiu a presidência da República com plenos poderes, a partir de então, tornaram-se aparentes vários problemas estruturais na política brasileira, acumulados nas décadas que precederam o golpe e disputas de natureza internacional, no âmbito da Guerra Fria, que desestabilizaram o seu governo. Daí se solidificou uma conspiração golpista, com apoio norteamericano, que visava a tomada de poder pelos militares.

O início do ano de 1964 foi marcado pela efervescência dos movimentos civis conservadores favoráveis ao golpe de estado, a exemplo temos a “Marcha da família com Deus pela Liberdade”, que consistiu em uma série de manifestações ocorridas entre 19 de março e 8 de junho de 1964, temia-se que o Brasil viesse a se transformar em uma ditadura socialista similar à praticada em Cuba, a justificativa foi a falha do governo de João Goulart de estabilizar a economia, seguida da acentuação

do discurso de medidas vistas como comunistas na época, tais como a reforma agrária e a reforma urbana.

Inúmeras entidades anticomunistas foram criadas naquele período, e seus discursos associavam Goulart, sua figura e seu governo, ao "perigo comunista" ou "perigo vermelho". Esse discurso, que até fins de 1963 ficara confinado a setores da extrema-direita, conquistou rapidamente maior espaço e acabou por servir de "impulso para a mobilização anti Goulart".

Na cidade de Natal, o golpe civil-militar assume um caráter controverso e bastante peculiar. O Rio Grande do Norte se dividia politicamente entre oligarquias conservadoras e rivais: Dinarte Mariz e Aluizio Alves e do lado oposto, Luís Maranhão Filho e Vulpiano Cavalcanti. Existia uma terceira força política o candidato à prefeitura, Djalma Maranhão, que seguia a linha de uma esquerda nacionalista (GALVÃO, 2004). Aluizio Alves e Djalma Maranhão vencem as eleições para governador e prefeito, respectivamente, em uma mesma coligação política (1960), mas logo que assumem os mandatos, começam a vir à tona as divergências ideológicas, dividindo a opinião pública. “O governador possuía prestígio e força popular considerados inabaláveis e administrava tranquilamente calcado nos recursos financeiros oriundos do programa americano para a América Latina, “Aliança para o Progresso”. (GALVÃO, 2004, p. 28-29)”, por outro lado o prefeito Djalma,

[...] com bastante dificuldade econômica, realizava a sua administração, priorizando os programas de alfabetização popular, conscientização política e democratização da cultura, que eram executados através da campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” e da Diretoria de Documentação e Cultura. [...] Enquanto o governo do Estado usava os dólares americanos em seus programas de educação, a Prefeitura, com recursos próprios, oferecia escolas para a alfabetização das crianças carentes de Natal e divulgava o slogan ESCOLA BRASILEIRA COM DINHEIRO BRASILEIRO. (GALVÃO, 2004, p. 29-30)

Logo que o golpe é anunciado, a cidade do Natal sente seus dramas. O governador, Aluizio assume o lado dos golpistas e, paralelamente às investigações dos militares, cria uma comissão de investigação, responsável por punir, prender, processar os supostos subversivos no âmbito do Estado, dando origem mais adiante ao Relatório Vêras. Essa foi uma ação que somente no Estado do Rio Grande do Norte ocorrera.

Já o prefeito Djalma Maranhão, emitiu uma nota de apoio ao Presidente João Goulart. Segundo Mailde Pinto Galvão (2004), ele declarou que a Prefeitura do Natal se tornara, a partir daquele primeiro de abril, o “quartel general da legalidade e da resistência”. Tal posicionamento culminou em sua prisão logo no dia seguinte. O Moacyr de Góis, então secretário de Educação de Natal, assim descreve a prisão do prefeito...

Naquela tarde de 2 de abril, sem querer vi a prisão do prefeito Djalma Maranhão. Estava no Departamento de Pessoal, onde fora apanhar uma guia para levar Moacyrzinho ao hospital [...] e o zum-zum dos funcionários me chamou atenção. Entre soldados do Exército, Djalma Maranhão descia as escadarias da Prefeitura. Corri à janela para e vi o meu Prefeito sendo embarcado num Jeep militar. Gravado no Jeep o selo que indicava a doação do veículo ao Exército pela “Aliança para o Progresso”. Terrivelmente simbólico e revelador. (GÓES, 2004, p. 37)

O aparato repressivo do estado primava por disseminar a guerra contra o comunismo, essa cultura política emergiu desde a criação da Escola Superior de Guerra em 1949, a qual possibilitou o surgimento de órgãos como o Sistema Nacional de Informação – SNI, o Centro de Informação do Exército – Ciex e o Centro de Informação da Aeronáutica – Cisa, no final da década de 1960, unindo-se ao Centro de Informação da Marinha – Cenimar já existente. Assim, o aparelho ideológico do Estado³ se fortalecia e se disseminava.

Na prática, a Doutrina, através de seus conceitos, princípios e fundamentos, permeou, durante os governos militares, toda a estrutura do poder público brasileiro, introduzindo-se, inclusive na escola, quando passaram a ser obrigatórias, em todos os graus do sistema educacional, disciplinas como Moral e cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros, cujos conteúdos eram formulados tomando por base princípios e conceitos de segurança nacional. Exrecências como essas objetivavam criar uma mentalidade nos estudantes, com toda a força ideológica, no sentido de transformá-los em reprodutores da Doutrina. (BORGES, 2007, p. 38).

O cenário da Guerra Fria colaborou para que a Agência Norte-americana de Desenvolvimento Nacional – USAID fizesse diversas intervenções na política educacional brasileira. A lógica era de modernizar o país para atender as demandas do mercado, em um contexto de nacional desenvolvimentismo. John Kennedy, então presidente dos Estados Unidos, havia implantado a Aliança para o Progresso, que era um projeto de ajuda econômica para os países da América Latina e conseqüentemente preparava o terreno para disseminação dos ideais capitalistas em detrimento do avanço do comunismo. A escola seria o espaço ideal para moldar a cabeça da juventude.

No início da década de 1960 firmaram-se diversos acordos entre o Ministério da Educação – MEC e a USAID, sendo criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial – CBAI, que recrutou ex-alunos da Escola Industrial de Natal para enviar ao Paraná, onde receberiam um curso de formação de professores para atuarem na área da indústria. “O convite consistia numa estadia de 10 meses na capital paranaense, com bolsa de estudo, para

³ Para aprofundar a compreensão sobre aparelho ideológico do Estado, sugerimos a leitura de ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

cursar Magistério em Artes Industriais, ministrado por professores e técnicos brasileiros e norteamericanos [...]” (MEDEIROS, 2011, p. 77).

A iniciativa repercutiu na introdução do método TWI (training within industry) nas escolas industriais brasileiras. Esse método consistia em adaptar os princípios do taylorismo ao ambiente escolar. Na prática educativa a supremacia dos processos de ensino e aprendizagem pautados na repetição e memorização, testes e disciplinamento caracterizaram a cultura escolar da ETFRN.

Um exemplo do papel cumprido pela CBAI na difusão dos princípios de racionalização científica entre os professores do ensino industrial brasileiro pode ser constatado nas recomendações feitas pelo técnico norteamericano, Walter Jones, na obra “Problemas de educação industrial”, publicada no Brasil em 1947: “Saliente perante seus alunos o fato de que na indústria, via de regra, não se tolera falta de ordem e indisciplina [...] Estabeleça limites máximos de tempo para cada tarefa. [...] É tão importante conseguir a frequência dos alunos quanto obter rapidez na produção. [...] O padrão máximo a desejar deve ser tão alto quanto o que a indústria requer. O instrutor deve estar em dia com os requisitos exigidos para o trabalho industrial, para que possa preparar seus alunos segundo os padrões convenientes. [...] Quando for oportuno e hábil, explore a rivalidade e o espírito de competição entre os alunos. Faça com que eles procurem melhorar os seus records”. (MEDEIROS, 2011, p. 79).

A aproximação entre o universo fabril e a cultura escolar fica evidente nos termos usados na citação acima. A ordem, o disciplinamento, a competitividade e a rapidez na produção. Obviamente que associada a essas ações houve um investimento financeiro, que também adivinha dos EUA, por meio de empréstimos.

Na acepção das teorias da modernização elaboradas por cientistas sociais americanos e encapadas pelo governo dos Estados Unidos, principalmente na gestão de Kennedy, a melhor maneira de vencer o desafio revolucionário era modernizar os países “atrasados”, considerados presas fáceis do inimigo comunista. E a educação era um dos setores prioritários da pauta modernizadora, por seus efeitos multiplicadores e por incutir valores aos jovens [...]. (MOTTA, 2014, p. 10).

É nesse cenário que a ETFRN é criada, em junho de 1968, já no novo prédio da Avenida Senador Salgado Filho e com todo o aparato ideológico/educacional implantado pelos acordos MEC-USAID, sobretudo no que tange a formação dos professores por meio da CBAI.

A necessidade do contexto político/econômica da Ditadura no Brasil sinalizou para a formação compulsória de técnicos em função do industrialismo crescente, o ensino técnico passa a ser de 2º grau (atual ensino médio) com um caráter de terminalidade para a formação de 2º grau, isto

é, uma habilitação profissional⁴. Os currículos dos cursos técnicos eram compostos por três partes: disciplinas de cultura geral, disciplinas de cultura técnica e estágio, tendo um foco na aprendizagem prática da profissão.

Após a deflagração do golpe, o movimento estudantil foi silenciado no âmbito nacional e local, ao mesmo tempo em que diversas Universidades tiveram seus reitores, alunos e professores cassados. Especificamente na ETFRN assim indica Pegado:

O clima político dentro da Instituição, mesmo que em menor escala, comparando-se com outras repartições públicas, sofria reflexos dos embates políticos entre oposição e governo com seus instrumentos de luta e repressão. Muitos alunos e professores sofreram investigações militares. Colegas eram chamados para depor sobre as atitudes suspeitas de determinado professor. Discursos mais inflamados contra o regime eram passíveis de prisão, como ocorreu com o prof. João Faustino. Além dele, muitos professores foram interrogados em inquéritos militares. (PEGADO, 2010, p. 43)

Esse movimento era denominado de limpeza ideológica e atingiu principalmente as instituições de ensino superior, no entanto há indícios dessa perseguição também no âmbito das escolas federais e de educação básica. Foram instalados no Brasil em torno de 760 Inquéritos Policial-Militares – IMP só no ano de 1964. Por isso, Motta (2014) denomina o processo de “crescimento” do Brasil como *modernização conservadora*, as frentes governamentais almejavam um país de primeiro mundo, para isso implementavam reformas nos diversos níveis educacionais, ao mesmo tempo em que perseguia e prendia seus intelectuais.

Dentro da ETFRN, o estudante Luiz Gonzaga, anteriormente envolvido no movimento estudantil, lançou o jornal *Evolução* que era datilografado e fixado em cartolinas pelos corredores da escola, muitas vezes esse jornal era rasgado ou pichado, justamente por possuir teor neointegralista. Em 1966, Luiz Gonzaga aceita a sugestão de se tornar presidente do Centro Lútero-Recreativo Nilo Peçanha, tendo sido apoiado pelo então inspetor de alunos.

Sob o lema “Deus, pátria e família”, a gestão de Luiz Gonzaga Cortez à frente do Centro Lútero-Recreativo Nilo Peçanha fora marcada pela publicação dos dois jornais citados, que traziam, como epíteto, a expressão “porta-voz dos alunos da Escola Industrial”. A primeira edição saía em junho de 66, com quatro páginas, e a segunda, em setembro, num total de oito páginas, com textos de vários colaboradores, entre eles, José Ginane de Medeiros, Jurandir Bezerra de Oliveira, Rubens de Azevedo Maia e José Gilson de Oliveira. Em seu editorial, o “Manda Brasa” deixava bem claras as pretensões dos redatores: “[...] prometemos lutar em defesa dos nossos interesses, pela revolução democrática de 31 de março, pela

⁴ A relação educação e trabalho no Brasil remete a colonização, emergindo juntamente com a dualidade educacional: formação profissional/formação propedêutica, Cunha (2005) sinaliza o ensino de ofícios destinado aos escravos e uma formação mais conceitual para as classes favorecidas, o saber fazer era o cerne da formação para o trabalho.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

democracia e a nossa fé cristã e jamais dormiremos na luta contra o comunismo ateu, internacional e totalitário”. (MEDEIROS, 2011, p. 104).

Os princípios da Doutrina de Segurança Nacional revelam-se na narrativa dos responsáveis pelo jornal. Há explicitamente a exaltação à pátria a aos valores de uma sociedade conservadora, a versão do Golpe de 1964 como sendo uma revolução democrática que prometia evitar a disseminação do comunismo, que contrariamente era ateu, internacional e autoritário.

Embora as ações de Luiz Gonzaga estivessem em sintonia com o projeto de doutrinação do governo, outros estudantes que compunham a direção do Centro Lútero-Recreativo Nilo Peçanha, desagradavam a gestão. Em 1967, Luiz Gonzaga foi expulso da escola. Antes mesmo de começar a vigorar o Decreto-lei nº 477/69, que disciplinava alunos, professores e funcionários das instituições públicas e privadas de ensino, sofriam sanções e penalidades aqueles que subvertessem a ordem instaurada pela Ditadura.

Durante a década de 1960 o movimento estudantil dispunha de várias organizações representativas: os DCEs (Diretórios Centrais Estudantis), as UEEs (União Estaduais dos Estudantes) e a UNE (União Nacional dos Estudantes), entre outras. A ação dos estudantes influenciava significativamente os rumos da política nacional, assim que o golpe foi deflagrado em 1964, o movimento foi solapado. A partir daí há um processo de reordenamento, o movimento continuou existindo na ilegalidade, tornando-se uma das principais forças de resistência aos governos ditatoriais nos primeiros anos de recessão. O cenário de maior atuação foi na cidade do Rio de Janeiro, onde ocorriam passeatas, manifestações, pichações, ocupações de prédios públicos etc.

Em 1968 emergiu uma série de manifestações lideradas pelos estudantes em resistência à Ditadura. No Rio de Janeiro, o estudante Edson Luiz morre em confronto com a polícia militar, causando comoção nacional. No Rio Grande do Norte, os estudantes da ETFRN mobilizaram uma greve na tentativa de participarem de uma missa, na antiga Catedral, em memória do aluno morto no Rio de Janeiro. As manifestações se seguiram nos primeiros meses de 1968 no Rio, repercutindo na,

[...] “Semana Sangrenta”, como foi nomeada a sequência dos dias 19, 20 e 21 de junho de 1968, foi decisiva para a mudança dos rumos da oposição ao regime militar brasileiro. Em virtude da grande violência policial sobre os estudantes e da ampla cobertura da imprensa, a sociedade civil passou a contestar de forma mais veemente a ditadura que se instalara desde 1964. Logo após a “Sexta-feira Sangrenta”, dia de maior violência nas ruas durante o período militar, uma grande mobilização foi articulada pelos estudantes e intelectuais como resposta ao que estava acontecendo. Almejavam uma grande passeata, na qual a sociedade pudesse expor pacificamente seu desejo de democracia. Também não interessava ao governo que conflitos como os da semana anterior se repetissem, pois a cada incidente sua popularidade junto à classe média diminuía. Entretanto, a linha dura do regime via nesses episódios a

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

oportunidade de ampliação do modelo repressivo, e até propôs a decretação do estado de sítio, o que não foi aceito pelo presidente Costa e Silva, mas que, posteriormente, teria influência na criação do Ato Institucional nº 5. (SIQUEIRA, 2014: 392-393).

O AI5 representou o principal instrumento de repressão, pois possibilitava o fechamento do Congresso Nacional, suspensão dos direitos de quaisquer cidadãos, cassação de mandatos eletivos, demissões, entre outras possibilidades. Outra medida foi a inserção obrigatória das disciplinas Educação Moral e Cívica – EMC, Organização Social e Política Brasileira - OSPB e Estudos de Problemas Brasileiros. A EMC visava o culto à Pátria, seus símbolos e tradições.

Na ETFRN foi implantado o momento cívico em 1969, com hasteamento da bandeira e entoação do Hino Nacional no primeiro momento da manhã todas as segundas-feiras, essa ação demonstra como a cultura política dominante permeou a cultura escolar dessa instituição. Segundo Medeiros (2011), a professora Anaíde Dantas, já havia sido convocada para depor duas vezes nos IMPs, por sua aproximação com o prefeito Djalma Maranhão na “Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler”, ela foi convidada a ministrar a disciplina OSPB e assim relatou essa experiência:

É claro que eu não podia me soltar, por causa que a gente tinha que seguir a disciplina do MEC. Mas eles (os alunos) forçavam a gente. Queriam que a gente dissesse alguma coisa. Só que a gente não podia dizer. [...] A gente seguia o livro OSPB, Organização Social e Política, dali não podia passar, mesmo que não concordasse. A gente não concordava, ultimamente não concordava, mas o negócio era grosso. E ninguém queria perder o emprego. (DANTAS In MEDEIROS, 2011, p. 107).

O depoimento da professora Anaíde Dantas corrobora para pensarmos as tensões entre os desmandos do governo e a liberdade de expressão e autonomia didática dos docentes, além das relações com os estudantes que também se dividiam entre opositores e defensores da ditadura. Tais embates criavam um clima de vigilância e disciplinamento constantes na ETFRN, ainda pouco discutido pela academia, especialmente no que tange as vozes dos personagens envolvidos. Além de indicar as tensões quanto a construção das representações da memória desse período, para tanto, reunir estes sujeitos e dar eles oportunidade de fala evitará a amnésia social sobre este período da história da instituição.

Considerações finais

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

A crise que polarizou o Brasil na década de 1960, demonstra como a cultura política de uma nação pode sofrer a interferência do contexto internacional, como sinaliza Berstein. O anticomunismo foi o elemento que deu a tônica para as representações sócio-políticas da época, além de uma vanguarda católica que corroborava para a disseminação de noções como respeito a família, a valorização dos bons costumes e a crença em Deus como elementos civilizatórios. O conservadorismo foi a marca desse movimento de retomada da cultura política nacional-estatista, surgida no Estado Novo.

Quando entendemos o cenário da cidade do Natal dentro desse espectro mais amplo, conseguimos compreender o porquê dos significantes políticos, das ações dos sujeitos e das transformações empregadas na cultura escolar da ETFRN. O disciplinamento, um ensino pautado na memorização e repetição, a inserção das disciplinas OSPB e Educação Moral e Cívica no currículo, demonstravam a ideologia latente no cotidiano escolar, assim como a prática do hasteamento da bandeira e entoação do hino nacional, são alguns exemplos dessa simbologia da cultura política no cotidiano escolar.

A guisa de conclusão consideramos que a relação cultura política da ditadura/ETFRN colaborou para uma história marcada pela disciplinarização, pela dualidade educacional e para uma modernização conservadora em que o saber fazer solapava a formação humana integral. Os acordos entre o Ministério da Educação – MEC e a USAID (United States Agency for International Development) que na década de 1960 e a criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial – CBAI que recrutou ex-alunos da Escola Industrial de Natal para enviar ao Paraná, onde receberiam um curso de formação de professores para atuarem na área da indústria, repercutiu na introdução do método TWI (training within industry) nas escolas de educação profissionais brasileiras, como foi o caso da ETFRN.

Há ainda muitas lacunas a serem preenchidas sobre a memória da ETFRN, por isso, esse trabalho não se encerra por aqui. Tendo como pressuposto as concepções de memória e história, entendemos a importância que o discurso dos sujeitos tem para a construção da representação do passado e para a ressignificação das memórias individuais que por vezes podem estar difusas. A linguagem é o elemento mais estável da memória coletiva, nesse sentido o nosso trabalho colabora para a monumentalização da memória da ETFRN.

Referências

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In__ : (Orgs.) RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, Lda, 1998, p. 349-363.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In__ : (Orgs.) AZEVEDO, Cecília [et al.]. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 29-46.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In__ : FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano - o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13-42.

DANTAS, Anaíde. **Anaíde Dantas: Sobre a Escola Industrial de Natal**. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 01 jul. 2010. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (35min). In__MEDEIROS, Arilene Lucena de. **A forja e a pena: técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte**. Natal: IFRN, 2011.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964: Aconteceu em abril**. Natal: EDUFERN, 2004.

LIMA, Aline C. da S; MEDEIROS NETA, Olívia M. de; SILVA, Francisca Rafaela M. da. Uso de documentos na pesquisa histórica: uma análise da Legislação Educacional nos Anos de Chumbo (1964-1985). **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino** [recurso eletrônico]. UNEB/Campus VI – v. 1, n. 3, p. 13-33 (jan./jun. 2019). Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/nhipe/issue/view/Issue/370/319>.

MEDEIROS, Arilene Lucena de. **A forja e a pena: técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte**. Natal: IFRN, 2011.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PEGADO, Erika Araújo da Cunha. **A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI**. 2. Ed. Natal: IFRN, 2010.

REIS FILHO, Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. A era dos estudantes: Rio de Janeiro, 1964-1968. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2014, n.8, p.379-397.